

URBANIZAÇÃO DISPERSA MAIS UMA FORMA DE EXPRESSÃO URBANA?*

Ester LIMONAD*

Resumo: Esse ensaio busca diferenciar a urbanização dispersa e o *urban sprawl* clássico. Com base em alguns exemplos de estudos de caso de diversos autores busca ponderar sobre alguns dos obstáculos que se colocam não só para a análise e reflexão, mas para a intervenção e planejamento do território na perspectiva do direito à cidade e da construção de uma sociedade mais equânime.

Palavras-chave: Urbanização Dispersa, Planejamento (Crítico), Urbanização

Resumen: Este ensayo intenta diferenciar la urbanización dispersa y el urban sprawl clásico. Considerando algunos ejemplos de estudios de caso de distintos autores se trata de hacer algunas consideraciones sobre los obstáculos que se plantean no solamente para el análisis y reflexión, sino también para la intervención y el planeamiento del territorio en la perspectiva del derecho a la ciudad y de la construcción de una sociedad más igualitaria.

Palabras-clave: Urbanización Dispersa, Planificación (Crítica), Urbanización

Abstract: This essay aims to tell apart disperse urbanization from classic urban sprawl. Taking into account some examples based on case studies from several authors some ponderations are made on the obstacles set not only for the analysis and reflection, but also for the intervention and planning of the territory in the perspective of the right to the city and of the construction of a more even society.

Key words: Disperse Urbanization, Planning (Critique), Urbanization

Primeiro Movimento

Meio dia, sol a pino, em uma estrada vicinal com pavimentação de cascalho, ladeada pela mata formada por grandes árvores e arbustos centenários, o único ruído que se ouve é o zumbido dos mosquitos, o pipilar dos pássaros, que eventualmente submerge sob o som estridente típico de ferramentas elétricas. Por entre a mata vislumbram-se, aqui e ali, grandes casas esparsas sendo construídas por trabalhadores seminus como uma forma de enfrentar o calor sufocante. Essa é a área de Gorki, a cerca de trinta quilômetros a sudeste do grande anel viário de Moscou, onde se situa a "dacha" onde Lênin, passou seus últimos dias, como também poderia ser, com nuances, uma estrada próxima aos lagos andinos, na América do Sul; uma estrada vicinal na região serrana do Rio de Janeiro; na parte sul da ilha de Florianópolis; na serra de Sintra em Portugal; em Bellaterra na periferia metropolitana de Barcelona; ou quiçá em qualquer outra parte do mundo.

Cotidianamente em diversos lugares, através de mídias variadas, pipocam propagandas de lançamentos imobiliários. Seja em russo, inglês, espanhol, catalão ou português os slogans se repetem: “Torne sua vida mais feliz”, “Segurança e tranquilidade”, “Durma ouvindo apenas os ruídos da natureza”, “Mudar de vida é querer o melhor para sua família”. Comerciais distintos, em vários lugares do Brasil e do mundo, com apelos variados, que guardam várias semelhanças entre si, a começar pela venda de um “novo modo de vida”, em que a constante se repete, seja através da “volta à natureza” ou da promessa de tranquilidade e segurança oferecidas intramuros.

Segundo Movimento

* Esse artigo tem por base uma parte revisada e modificada do ensaio: Nem tudo acaba em Los Angeles. *52º Congreso Internacional de Americanistas*, Universidad de Sevilla, 17- 21.07.2006. CD-Rom: “Nuevas Dimensiones de la Industria y de lo Urbano en las Metrópolis Latinoamericanas”. Contato: limonad@pesquisador.cnpq.br

* Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense

A poucos metros de um movimentado cruzamento de duas rodovias federais, em meio a uma área industrial poluída e com tráfego pesado de ônibus e caminhões de carga, é anunciada a terceira fase de um lançamento imobiliário de sucesso: apartamentos em condomínio fechado com segurança, antena parabólica, quadra de esportes, piscina e acesso rápido a vários pontos da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A cena se repete, com variações, na periferia de outras grandes cidades, como Barcelona, Milão ou São Paulo, onde se multiplicam condomínios residenciais à margem de estradas ou ferrovias, onde campos arados se entremeiam com galpões de hipermercados, centros comerciais, centros de distribuição e de logística industrial, centros de serviços e negócios ou ainda mega-lojas (*megastores*) de grandes marcas de materiais de construção, *bricolage*, móveis e coisas para o lar. De cidade em cidade as marcas se repetem, se sucedem, se imiscuem no cotidiano e trazem consigo uma certa homogeneização e despersonalização dos espaços de vida e de trabalho.

Em estradas vicinais próximas a essas áreas periféricas observa-se, em meio a campos arados com legumes e hortaliças, faixas e cartazes com dizeres convidativos: “Venha morar no Vale do Sol Nascente e respirar o ar puro do campo”, embora o vale esteja voltado para o poente e ao longe em meio a um antigo pasto de gado se vislumbra a sombra de uma fábrica em construção. Cenas semelhantes se sucedem com variações no interior da Catalunha, na Zona da Mata Mineira, no interior da Bahia, nas áreas próximas às novas localizações industriais, comerciais e de serviços.

Terceiro Movimento

Em um vôo entre Barcelona e Lisboa, uma propaganda na revista de bordo da companhia aérea TAP chama a atenção: “No Brasil, campo e praia todo o ano, a seis horas e meia de Portugal”. O caráter inusitado dessa propaganda está em sua localização geográfica e na idéia de uma segunda residência intercontinental situada nas cercanias de Fortaleza, capital do Ceará. A intenção da empresa promotora portuguesa é repetir sucessos anteriores ao “recriar o ambiente da fazenda tradicional brasileira, com suas construções típicas, as suas plantações e os seus animais, tudo isso nas proximidades do mar e de praias paradisíacas” (FAZENDAS DO SOL, 2006), em um condomínio de fazendas, em que cada fazenda tem entre 60 e 70 hectares.

A esse empreendimento imobiliário somam-se outros no Nordeste do Brasil (DIOGENES, 2007; LIMONAD, 2007a), onde extensas áreas na orla marítima estão sendo convertidas em resorts fechados direcionados a atender o turismo internacional: portugueses, espanhóis e turistas de outras nacionalidades são transportados diretamente dos aeroportos de desembarque para seus destinos paradisíacos... Aí a oferta de terrenos, casas e serviços, a preços acessíveis para padrões europeus, se conjuga a uma ampla gama de atividades de lazer e à oferta de uma mão de obra barata, inclusive com sugestões veladas de oportunidades de aventuras e turismo sexual.

“Porto Galinhas”, “Comandatuba” e “Costa do Sauípe”, embora essas designações obriguem os turistas estrangeiros a enrolar a língua, já se converteram em nomes conhecidos na Europa mediterrânea e encontram-se entre os destinos de diversos pacotes turísticos de férias de agências de viagens de Portugal e Espanha, comercializados junto com outras destinações exóticas como Sharm-el-Sheik (Egito), Cancún (México), Zanzibar e Madagascar, na costa oriental da África.

1. Explicação Inicial

Esses três movimentos configuram, em diversos graus e intensidades, um rude esboço de tendências de redistribuição da população e de urbanização, em diversas partes do mundo. Esses movimentos se encontram em curso desde a década de 1990, e de certa forma tem acompanhado a realocação espacial das atividades produtivas, assunto já esmiuçado por vários autores internacionais (OFFE, 1984; SWYNGEDOUW; MOULAERT, 1988; HARVEY, 1989, etc) e nacionais (MOREIRA, 2004; LENCIONI, 2004).

A meta desse ensaio é buscar esclarecer se esses movimentos de redistribuição espacial da população seriam uma expressão de novas formas de urbanização, de novas morfologias urbanas, ou se ao contrário se tratariam de variações de formas de expansão das áreas urbanas, notoriamente conhecidas como *urban sprawl*, a respeito do qual Ojima (2007) procede a uma discussão. Trata-se, portanto de proceder a uma diferenciação e salientar o caráter diverso desses movimentos de dispersão urbana em relação às formas tradicionais que assume o *urban sprawl* norte-americano.

Para Harvey e Clark (1965, p. 1) o *urban sprawl* se caracterizaria por três tipos de expansão do tecido urbano, que corresponderiam (1) a uma expansão contínua acompanhada de uma densificação e verticalização da malha urbana, (2) a uma multiplicação de anéis concêntricos periféricos e (3) a um crescimento tentacular. A esses padrões soma-se o *leap-frog* marcado por uma expansão descontínua da malha urbana anteriormente descrito por Jean Gottman (1961, p.334).

Formas essas que ao longo do tempo soem se incorporar e conurbar com a malha urbana mais densa e compacta adjacente aos centros urbanos de maior porte, constituindo áreas metropolitanas com mais de um milhão e meio de habitantes ou macro-aglomerações urbano-metropolitanas (com mais de cinco milhões de habitantes), na perspectiva da macro-região urbana global com um núcleo forte, como São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México ou conformando uma cidade-região global conforme a proposição de Allen Scott, John Agnew, Edward Soja e Michael Storper (2001, p. 11-14).

A Figura 1 ilustra de forma simples e objetiva a complexificação da estrutura urbana das cidades latino-americanas, desde a cidade colonial compacta até a cidade dispersa e fragmentada contemporânea. É interessante notar, segundo o diagrama da Figura 1, que até o terceiro quartel do século XX os grupos sociais de alta renda residiam nas áreas próximas ao centro e os pobres nas periferias. As atividades industriais fordistas, por sua vez, situavam-se ao longo de eixos que articulavam as áreas centrais e as periferias. Nesse período surgem os primeiros condomínios fechados suburbanos, como é o caso de Alphaville, em Barueri, e de Granja Viana, em Cotia. A expansão urbana subsequente, correspondente ao período da acumulação flexível, apresenta uma forma urbana mais complexa com uma crescente fragmentação espacial, que ultrapassa os limites do marco construído. Verifica-se, assim um êxodo de atividades produtivas (industriais, comerciais e de serviços) e de diferentes grupos sociais, conforme explicitado nos três movimentos expostos ao início desse texto.

Enquanto a cidade compacta de períodos precedentes apresentava uma estrutura simples com zonas bem definidas, essa estrutura se diversifica e complexifica conformando um tecido urbano que ultrapassa os limites da cidade como se pode observar na Figura 1.

A urbanização na atual etapa, por conseguinte, é entendida, aqui, como um processo que não está mais restrito à cidade, que extravasa os limites da aglomeração física de edificações, infraestruturas e atividades, de fixos e fluxos, através das diversas práticas, táticas e estratégias dos distintos capitais e do trabalho para garantir sua reprodução.

Um processo que se estende pelo território como um modo de vida urbano, compreendido aqui não na acepção culturalista de Louis Wirth (1938), que afirmava em 1938 que a cidade não seria apenas o “lugar de moradia e de trabalho do homem moderno, como é também o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu para sua órbita as partes mais remotas do mundo e interligou diversas áreas, povos e atividades num cosmos”. (WIRTH, 1938, p. 2 – tradução da autora). Salientando adiante, ainda, de forma pioneira que “o desenvolvimento tecnológico nos transportes e na comunicação, (...) acentuou o papel das cidades (...) e estendeu enormemente o modo de vida urbano para além dos confins da própria cidade” (WIRTH, 1938, p.4-5 – tradução da autora).

Com as devidas reservas metodológicas, essas colocações de Wirth, inseridas em uma outra concepção metodológica, ganham um novo significado e tornam-se extremamente contemporâneas, em particular no atual momento de globalização cultural, social e econômica. Principalmente, à medida que se entende o modo de vida, a partir de uma perspectiva dialética, enquanto a forma de

inserção dos indivíduos no processo produtivo e meio de satisfazer suas necessidades básicas de reprodução, que conformam o seu quadro de vida e sua condição de existência.

Essa perspectiva permite conferir à urbanização um papel mais abrangente na estruturação do território, enquanto uma extensificação de relações sociais de produção de caráter urbano no campo. Diluem-se, assim, as diferenças entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que persistem e se aprofundam as contradições entre a urbanidade e a ruralidade (LEFEBVRE, 1969).

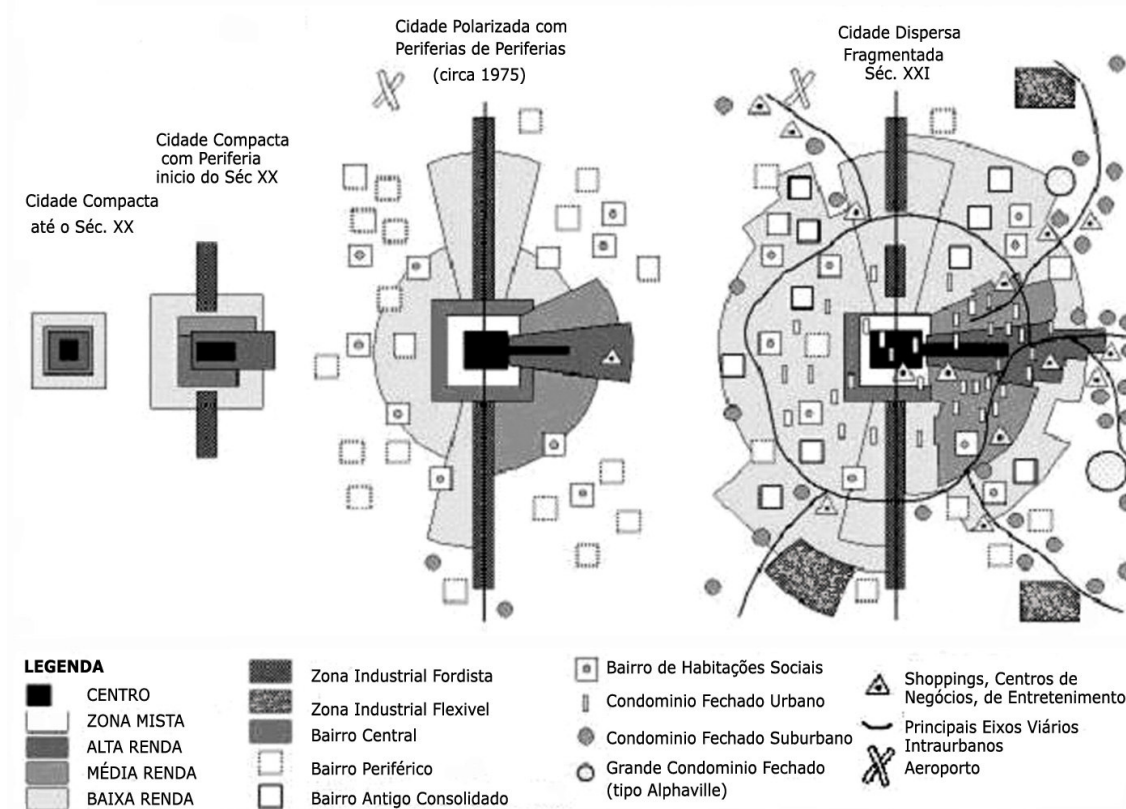


Figura 1: Tipologia de cidades latino-americanas (século XVI-XXI)

Fonte: Elaborado com base em diagrama extraído de BORSDORF, 2003.

No intuito de subsidiar a compreensão das transformações urbano-territoriais, esboçadas ao início deste ensaio, se tratará inicialmente de identificar as características das tendências dominantes da urbanização contemporânea, com alguns exemplos baseados em diversos estudos de caso, em diferentes localizações geográficas. Para em seguida ponderar sobre alguns obstáculos que se colocam não apenas para a análise e diagnóstico daquilo que ora emerge como um problema a ser sanado e regulado, mas também para a intervenção e planejamento do território na perspectiva do direito à cidade e da construção de uma sociedade mais equânime.

A diversidade de exemplos geográficos tem por meta apontar que os fenômenos em curso, embora possuam características e condicionantes que os tornam específicos e particulares, possuem elementos comuns gerais, que permitem tomá-los dialeticamente, em uma perspectiva crítica, como síntese de uma tendência mais geral. O que permite escapar da armadilha das abordagens de cunho empírico-positivista baseadas em exaustivos estudos de caso, em que a totalidade é entendida como a soma de todas as partes.

2. A urbanização dispersa no Brasil e ao redor do mundo

Os três movimentos assinalados ao início desse ensaio retratam, ainda que de forma parcial, em distintas localizações, as diferentes formas, de expansão e extensificação da malha urbana além dos limites da cidade propriamente dita. Termo tomado emprestado de Roberto Monte-Mór (1994,

P.171), que define a urbanização extensiva como a “urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais”.

Em um trabalho anterior (LIMONAD, 2007b) já salientávamos que embora essa extensificação da urbanização seja aparentemente contraposta ao movimento anterior de urbanização intensiva, haveria diversas indicações de ambas estarem a se desenvolver de forma complementar. Embora haja uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, persiste em várias partes a urbanização intensiva. Não obstante ambas resultem em uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que essa expansão assume. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, configurando o que Francesco Indovina caracteriza como um arquipélago metropolitano, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se afirma a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta por excelência.

Desde o final do século XX a encontra-se referências sobre a expansão e multiplicação de aglomerados urbanos, concentrados em condomínios fechados ou em loteamentos residenciais, dispersos nos cinturões verdes ou nas áreas rurais da periferia dos centros urbanos de grande e médio porte da América do Sul até a Europa e Ásia[†], em raios que variam de cem a cento e cinquenta quilômetros. A proliferação de casas de fim de semana ou de segundas residências que tendem a ser converter em primeira residência, em condomínios fechados, é um fenômeno recorrente que não se limita às periferias dos centros urbanos dos países centrais.

No Brasil essa dispersão assume diversas manifestações em termos de sua localização espacial. Seja enquanto forma de expansão da periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de *clusters* industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega-condomínios fora das áreas urbanas.

No caso do estado de São Paulo esses movimentos de dispersão manifestam-se não só no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, em áreas mais concentradas como Sorocaba, ou em municípios situados próximos ao eixo da rodovia Castelo Branco (REIS, 2006), mas também ocorrem em diversas partes do interior de São Paulo, contribuindo para a expansão e crescimento disperso e quase que pulverizado de diversas cidades médias como mostram os estudos de Maria da Encarnação Beltrão Spósito (2007). Tal crescimento urbano disperso com a formação de aglomerações urbanas seria no entender de Aurílio Caiado e Sarah Monteiro (2003) um sinal da diluição da dicotomia rural-urbano no interior paulista.

Heloisa Soares de Moura Costa e colaboradores (2006) em diversos trabalhos apontam as especificidades da intensa expansão urbana que ocorre de modo relativamente disperso ao longo dos principais eixos viários ao sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Aí a ocupação do solo tem por traço característico crescentes conflitos entre áreas de preservação e mineração, entre a propriedade fundiária altamente concentrada nas companhias mineradoras e a proliferação de lançamentos imobiliários residenciais de acesso controlado, entre as necessidades do planejamento de longo prazo dos zoneamentos ecológico-econômicos das áreas de proteção ambiental e o imediatismo do *marketing* urbano. Esse conjunto de conflitos contribui para obstacularizar a gestão urbana e ambiental do entorno metropolitano, uma vez que engloba uma gama diversificada de municípios, antigos e novos, com distintos perfis e vocações econômicas.

[†] Na China (nas regiões de Hong-Kong, Shanghai, Guangzhou – conforme Xu & Yeh, 2003 e Zhang, 2000); na Espanha (em Madrid, Barcelona e Valencia – conforme Munoz, 2003; Dura-Guimera, 2003 entre outros), na Costa Mediterrânea (da Grécia a Portugal) (Munoz, 2003); na Costa Oeste nos Estados Unidos (Scott, 2002); no entorno das metrópoles latino-americanas como: Santiago do Chile (Salcedo e Torres, 2004), Buenos Aires (Janoschka, 2002), Ciudad de México (Aguilar, 2002); no Sudeste do Brasil (Limonad, 1996; Santos e Silveira, 2001 entre outros) e mesmo na Amazônia brasileira (Monte-Mór, 1994 e 2004; Machado, 1982; Santos e Silveira, 2001 entre outros)

Rainer Randolph (2004 e 2005), por sua vez, registra a tendência de ocupação difusa em escala territorial em áreas rurais e/ou de preservação ambiental por diferentes tipos de condomínios fechados e loteamentos de segunda residência na área peri-metropolitana do Rio de Janeiro, em particular na região serrana fluminense, no município de Petrópolis. Aí entram em conflito os interesses dos promotores imobiliários e a preservação ambiental das áreas de Mata Atlântica, que acabam por conduzir a soluções negociadas entre a Prefeitura e os agentes privados envolvidos, como um meio de garantir e proteger partes das encostas, uma vez que praticamente todo o município está inserido em uma área de proteção ambiental[‡].

No eixo Brasília-Goiânia-Anapólis, uma região onde até 1960 predominavam atividades agrícolas, e que menos de meio século após a fundação de Brasília conta aproximadamente com cinco milhões de pessoas dispersas em aglomerações insulares no interior de um polígono irregular de duzentos quilômetros de diâmetro delimitado pela Região Metropolitana de Goiânia e pela RIDE-DF, vários autores (AGUIAR, 2005; CAIADO, 2005; CARPINTERO, 2007; CLEMENTINO, 2007) ressaltam o caráter disperso que marca e marcou a criação do Distrito Federal desde sua criação. Dispersão que agora se verifica também através da multiplicação de condomínios e loteamentos na área da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), que acarreta *pari passu* um aumento das carências relacionadas à disponibilidade de infraestruturas e ao acesso a equipamentos e serviços urbanos desigualmente distribuídos no território. Carências e desigualdades sócio-espaciais, que somadas a outros fatores contribuem para um crescimento da violência urbana (NUNES, 2007).

Nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói observa-se nos últimos anos uma dificuldade crescente para os descendentes dos habitantes dos bairros de classe média e média alta da zona sul permanecerem nos bairros onde nasceram e cresceram. Essa dificuldade deve-se entre outros fatores à elevação crescente dos imóveis urbanos situados próximos à orla litorânea e às praias, associada em parte à pressão do turismo e aos processos de valorização dos imóveis e do solo urbano relacionados à apropriação de rendas fundiárias urbanas e à especulação imobiliária. A escassez de terrenos disponíveis nas áreas concentradas da zona sul e a pressão do turismo têm contribuído, assim, para um êxodo demográfico em direção a zona oeste do Rio de Janeiro e à região oceânica de Niterói e Maricá, com a proliferação de condomínios e transformação de segundas residências em primeira residência, áreas com as mais elevadas taxas de crescimento demográfico (IBGE, 2000).

Processos semelhantes, a esses em curso no Brasil, ocorrem em uma outra escala e com outra intensidade, em Barcelona, na Espanha, e com mais intensidade em Veneza, na Itália. Em Veneza a intensa evasão de moradores originais das ilhas para Mestre, no continente, obrigou o governo a tomar medidas para baratear os imóveis com o objetivo de manter os venezianos nas ilhas, que se encontram quase totalmente tomadas pelas atividades turísticas. Esses lugares deixam de ser lugares de consumo para se converterem em objeto de consumo de poucos, passa-se, assim, do consumo no lugar ao consumo do lugar.

De fato, o que se pode observar principalmente no entorno das áreas e regiões metropolitanas de diversas partes do mundo, com exceção talvez das aglomerações urbanas dos Estados Unidos, é uma tendência ao crescimento demográfico e a realocação da população de diferentes faixas de renda em áreas periféricas de baixa densidade ou em áreas antes direcionadas para atividades agrícolas e/ou extrativas. Há uma ampla gama de explicações para este movimento rumo ao campo, a áreas não urbanizadas.

Esse êxodo das cidades teria por base as transformações introduzidas pela III Revolução Industrial, que atingiram todos os âmbitos da reprodução social, da reprodução dos meios de

[‡] A Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis foi a primeira criada no país, em setembro de 2002, e é a única APA localizada numa área urbana. 50% de seus 59.000 hectares estão cobertos por Mata Atlântica. A APA inclui os três primeiros distritos do município de Petrópolis, além de parte dos municípios de Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. (Fonte: <http://www.petropolis.rj.gov.br>)

produção e força de trabalho à reprodução social da família e do cotidiano. O que contribuiu para alterar de forma profunda as relações industriais e as relações sociais. Com a hegemonia da produção flexível, do Estado neoliberal e desregulamentação das relações de trabalho, são agora os trabalhadores que perseguem o capital, que se desloca mais agilmente, como se pode observar na decadência das antigas regiões industriais e florescimento de novas como retratam Georges Benko e Alain Lipietz (1995).

Por conseguinte esse movimento para fora das cidades estaria relacionado, por um lado, a uma tentativa de diferentes grupos sociais, de diferentes segmentos da força de trabalho, de acompanhar a relocação industrial e a formação de centros de comércio e serviços fora das cidades. Por outro lado, esse movimento centrípeta faz parte não só da busca de um novo estilo de vida, por parte das classes mais abastadas, mas, também, de estratégias de sobrevivência de diferentes grupos sociais em busca de moradias a preços mais acessíveis em áreas mais distantes dos grandes centros.

Inclusive essa seria uma das principais razões para o êxodo das grandes e médias cidades e para o aumento da dispersão e fragmentação urbana na China. Onde desde a introdução da economia de mercado, conforme assinala Tingwei Zhang (2000:129), o mercado imobiliário e fundiário se aqueceu com uma violenta disparada de preços, em particular nas cidades com mais de um milhão de habitantes. Um exemplo marcante é o ocorrido na Zona Econômica Especial de Shanghai onde um *Mu*, medida fundiária equivalente a seiscentos e quarenta e sete metros quadrados, que custava cerca de noventa dólares (US\$ 90) na década de 1970, passou a custar US\$ 2.700 em 1988, e US\$183.342 em 1995.

O elevado preço do solo e dos imóveis nas áreas centrais mais densas e equipadas constitui um dos principais fatores para a relocação da população e das atividades produtivas nas franjas periurbanas das grandes e médias cidades chinesas e em outros municípios próximos onde se repete, com diferentes intensidades, o padrão de dispersão urbana do entorno de Xangai (ZHANG, 2000, p. 130).

Este crescimento disperso na franja urbana das cidades chinesas estaria relacionado à implantação e multiplicação de novos distritos de desenvolvimento (*kaifa qu*), de vários tipos, tais como parques de alta tecnologia, zonas sem taxas (*tax-free*), e zonas econômicas especiais de desenvolvimento situados geralmente em áreas antes voltadas para atividades agrárias, que encontram-se em sua maioria distantes de centros urbanos populosos. Estes novos distritos de desenvolvimento multiplicaram-se exponencialmente, entre 1991 e 1992, havendo passado de 117 para 8.700. Embora esse fosse um meio dos municípios chineses atrair investimentos estrangeiros e captar uma parte das rendas geradas, sob a forma de taxas e impostos, nem todos foram bem-sucedidos. Não obstante, estes empreendimentos transformaram a paisagem rural chinesa. E, agora, pode-se divisar nos limites de muitas dessas cidades altas torres de escritórios e serviços isoladas em meio a centenas de hectares de terra ociosa.

No caso da Catalunha, no Nordeste da Espanha, a combinação dos movimentos assinalados ao início, levou a uma extensificação da urbanização a oeste de Barcelona, além do monte Tibidabo, e a uma densificação dos municípios limítrofes ao norte e ao sul de Barcelona, conformando uma mancha urbana compacta no litoral e uma mais difusa na área do Vallés, em que a rede urbana se encontra bem integrada e conectada. Aí como na China o elevado preço dos imóveis nas áreas urbanizadas impulsionou a relocação industrial e a extensificação da urbanização para áreas despovoadas ou de baixa densidade, a norte e a sul de Barcelona. Não obstante esta extensificação os preços dos imóveis estão praticamente similares nas diversas localidades da área metropolitana de Barcelona, que tem registrado os mais elevados preços por metro quadrado urbano na Europa, aparentemente, em virtude da pressão do turismo, da imigração de outros continentes e intra-européia (italiana, francesa, alemã e inglesa) às quais soma-se a imigração da Europa Oriental

(Bulgária, Albânia e Romênia). A consolidação da área metropolitana de Barcelona[§] contribuiu para impulsionar uma crescente integração funcional e econômica do território catalão, ao mesmo tempo em que se verificou um desenvolvimento das cidades de pequeno e médio porte, entre as quais se destacam Figueres, Girona, Vic, Manresa, Igualada, Tarragona, Reus, Tortosa e Lleida - que articulam o território como centros de atividades econômicas e serviços (NEL-LO, 2006). A dispersão da urbanização para Oriol Nel-lo (2006) é encarada como um processo que pode comprometer o equilíbrio da rede urbana catalã, nesse sentido, cita o caso de Barcelona e de seu entorno imediato que tiveram seu crescimento freado, e onde a dispersão da população e atividades econômicas nas localidades de pequeno porte do entorno da área metropolitana, gerou uma urbanização de baixa densidade com um forte aumento do índice de ocupação do solo, fragmentação da paisagem natural e incremento dos custos de serviços e infraestruturas.

Em Portugal, em 1991, segundo Teresa Barata Salgueiro (2001, p.21), apenas 50% da população vivia em cidades com mais de 5.000 habitantes e nos últimos anos pôde-se observar uma forte tendência para o crescimento das cidades médias e para a urbanização difusa, que tendeu a ser mais significativa na faixa litorânea ocidental. Essa urbanização difusa se verifica, segundo a autora, “em ligação com processos de industrialização difusa dos territórios rurais de propriedade muito parcelada, e urbanização das populações *in situ*, envolvendo mudança de actividade ou manutenção de géneros de vida mistos, pelo menos de carácter parcial, sem migração do lugar de residência” (SALGUEIRO, 1991, p. 26) e ressalta, ainda, a irrelevância de medidas político-administrativas que buscam concentrar a população na área em foco frente aos processos em curso. Em seu entender entre os fatores que contribuem para esta situação estaria a redução das taxas de crescimento, desde a década de 1980, e intensos movimentos de reorganização interna nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com a desconcentração e periferação da população e das atividades produtivas.

Essas tendências também se verificam na grande Moscou, onde ao sul e sudeste do grande anel viário localizam-se diversos aglomerados esparsos de condomínios residenciais de mansões, dos assim chamados “novos russos”, em meio a florestas de bétulas. Enquanto ao norte e nordeste do grande anel viário, proliferam enormes condomínios privados fechados de edifícios de proporções gigantescas, inspirados nas propostas da arquitetura racionalista, voltados para atender a uma classe média emergente de alto poder aquisitivo. Essa classe média moscovita, por motivos de segurança ou conforto, busca não só um estilo de vida mais “moderno” e individualizado, mas uma alternativa de moradia aos apartamentos dos grandes conjuntos habitacionais do socialismo, atualmente em processo de privatização das unidades habitacionais, e que apresentam fortes sinais de deterioração e crescente insegurança social, pelo fato de inexistir uma administração condominial para cada bloco, sendo da competência do Estado a manutenção das partes comuns (jardins, escadas, *halls*, elevadores, fachadas, coberturas, vias de acesso).

Não fosse pela ausência do mar e das montanhas o extenso conjunto de condomínios verticais ao longo do anel viário na periferia moscovita lembraria a ocupação da Barra Tijuca por enormes torres de condomínios fechados na zona oeste do Rio de Janeiro - Brasil, ou as torres de Nordelta na periferia da Grande Buenos Aires na Argentina. (ver a respeito HÖLZL; JANOSCHKA, 2006)

Andrei Treivish e colaboradores (1999) salientam que na última década do século XX as cidades com maiores taxas de crescimento demográfico na Rússia eram as cidades industriais, portuárias ou *resorts*. Assinalam ainda que a proliferação de vilas e mansões como se foram cogumelos nos subúrbios de Moscou criam uma ilusão de contra-urbanização ou urbanização dispersa, todavia embora estas edificações sejam adequadas para residências de carácter permanente seriam aparentemente mais usadas no verão. Entretanto há que se considerar que o êxodo urbano-

[§] Barcelona constitui um grande aglomerado metropolitano para padrões europeus, em seu entorno coexistem ao menos três milhões de pessoas em uma antiga rede de cidades médias, muitas com mais de cem mil habitantes (Mataró, Granollers, Sabadell, Terrassa, Vilanova, Vilafranca del Penedès).

rural de Moscou e de São Petersburgo, por parte da classe média defronta-se com um complicador. Desde os tempos do czar Pedro I “O Grande” até os dias atuais exige-se dos imigrantes naturais de outras partes da Rússia a obtenção de uma permissão oficial especial para residir e trabalhar em Moscou ou São Petersburgo, adotada com a finalidade de povoar o território russo e conter as migrações para essas capitais. Assim, abrir mão do registro residencial em Moscou pode significar no longo prazo uma saída sem volta. Isto explicaria o fato de muitos russos com elevado poder aquisitivo, proprietários de residências em outros municípios, manterem o registro oficial de residentes nessas cidades primazes, embora estejam se mudando com suas famílias para outras localidades próximas, em um raio de ao menos cem a cento e cinquenta quilômetros de Moscou. Embora o entorno e as periferias de Moscou e São Petersburgo tenham se convertido em áreas de investimento dos russos mais abastados, isto não implica, todavia, em uma transformação de todas essas *dachas* em primeira residência, principalmente em virtude do rigor do inverno, quando as temperaturas chegam a atingir -40° C.

Além da expansão de condomínios de primeira e segunda residência há que se considerar a expansão dispersa de centros de serviços, comércio, lazer e inclusive de condomínios industriais e parques industriais. Uma vez que as formas de urbanização extensiva carecem dos serviços e equipamentos característicos da cidade concentrada (comércio, instalações públicas, áreas de lazer, etc.) são implantadas, junto à grandes rodovias e vias de circulação rápida, amplas zonas multi ou monofuncionais de comércio, saúde, ensino ou lazer, entre outras, em que combinam *shopping centers*, centros de negócios, instalações educacionais, etc. Em áreas onde inexistem sistemas integrados de transportes rápidos de massa, ou onde esses sistemas são insuficientes ou deficitários, isso colabora para incentivar o uso do transporte privado. Em conseqüência desse aumento do uso dos veículos particulares tem-se além de um aumento da poluição ambiental, uma sobrecarga dos sistemas viários não apenas dessas áreas, mas também das cidades próximas, o que contribui para piorar a qualidade de vida dos usuários desses sistemas viários.

Soma-se a essa dispersão de condomínios e de centros mono ou multifuncionais sobre o território o crescimento das áreas urbanizadas destinadas a atividades de turismo veraneio. Na Europa a crescente ocupação urbana na costa mediterrânea ibérica, de Portugal e Espanha, que levou nos últimos vinte anos a uma ocupação mais intensa do que nos dois mil anos subseqüentes à chegada dos romanos à Península Ibérica, contribuiu para aquecer sobremaneira o mercado imobiliário. A elevação acelerada dos preços dos imóveis na costa mediterrânea torna praticamente inviável a permanência dos habitantes locais e de seus descendentes nessas áreas. Uma vez que na costa mediterrânea européia, em particular na Península Ibérica, verifica-se uma intensa ocupação na faixa litorânea com poucas interrupções da Costa Brava à Costa Dourada, até o Algarve português, onde se poder observar uma crescente presença de ingleses e alemães aos quais mais recentemente vem-se somar franceses e italianos atraídos pelo clima mais ameno e pelo custo de vida mais baixo. Inclusive um dos pacotes turísticos de maior sucesso do inverno alemão de 2005-2006, destinados a jovens e adolescentes, foram vôos fretados para uma noite de permanência “*one night stand*” em discotecas da moda em Palma de Mallorca ou Ibiza na Ilhas Baleares.

Torna-se, assim, menos oneroso manter uma segunda residência no além-mar, em terras brasileiras, do que na orla da Península Ibérica ou nas ilhas mediterrâneas e da costa ocidental da África, nas comunidades autônomas espanholas de Ceuta e Melilla. Isso em parte contribui para explicar a multiplicação de condomínios e *resorts* internacionais na costa litorânea do Nordeste brasileiro, em áreas antes voltadas para atividades de cunho agrário, que tem provocado tanto a extinção da pesca artesanal quanto a expropriação de pequenos produtores, com a cooptação de parcelas destes grupos sociais para a prestação de serviços no âmbito turístico. Os *resorts* estendem-se pelo litoral nordestino com diversas interrupções, desde o sul da Bahia, até Fortaleza no Ceará intercalados com áreas de condomínios fechados exclusivos. Destacam-se entre eles os *resorts* internacionais da ilha de Comandatuba na costa sul da Bahia; o *Club Mediterranee* em Itaparica na Baía de Todos os Santos; os *resorts* e *spa* da Vila Galés, Praia do Forte, Iberostar, Costa do Sauípe e do Itariri, todos esses últimos ao norte de Salvador ao longo da Linha Verde (rodovia estadual

BA-099) na chamada Costa dos Coqueiros. Vários destes *resorts*, hotéis e condomínios situam-se em áreas de preservação ambiental, de reprodução de tartarugas marinhas e golfinhos, como a Praia do Forte, Porto Galinhas e Praia da Pipa. Repetem-se, assim, processos já notórios de formação de bolhas de consumo global em pontos selecionados do território nos mesmos moldes do que já ocorre há muitos anos em diversos países do Caribe e em Cancún e Cozumel, no México (TORRES; MOMSEN, 2005), porém sem os riscos de terremotos e tornados comuns naquelas áreas.

Em decorrência disso diversos locais com belezas naturais e temperaturas amenas, em vários países, convertem-se em simulacros da realidade local destinados ao consumo global, ao recriarem a natureza e a "cor local" em ambientes estéreis e controlados, de modo a garantir a segurança e permitir que turistas estrangeiros, norte-americanos e europeus, sintam-se em casa, sem necessitar trocar dinheiro ou falar outro idioma (TORRES; MOMSEN, 2005). Um fenômeno que transforma as localizações criadas pela natureza ou as construídas pelo homem em objetos de consumo e os mercantiliza enquanto tal (LIMONAD; RANDOLPH, 2001). Ao mesmo tempo em que esses locais convertem-se em objeto de consumo exclusivo para o turismo internacional, possíveis de serem vistos, mas não usufruídos, tornam-se inacessíveis para os que neles trabalham e para os habitantes locais, convertidos em prestadores de serviços que não requerem qualificação profissional.

Torna-se patente, portanto, que as transformações assinaladas ao início encontram-se em curso em diversas partes do mundo, de leste a oeste e de norte a sul. Não obstante seu caráter aparentemente inédito, esses processos já começam a se apresentar de forma recorrente e repetitiva. Multiplicam-se os estudos e indicações de que certas transformações, vistas inicialmente como extemporâneas, não constituiriam um fato isolado. Não se pode mais, por conseguinte, como seria do gosto dos mais pragmáticos, pensar as áreas urbanas como um conjunto delimitado de áreas concentradas, ou como um polígono delimitado e contido em um perímetro definido administrativa e politicamente enquanto limite urbano destinado ao exercício prático de experiências consagradas de planejamento adequadas a cidades e espaços de outros tempos.

3. Alguns desafios ao planejamento e gestão da dispersão

Não há como generalizar e ver todos os movimentos descritos como uma mesma coisa. Porém, muito embora sejam diversos, esses movimentos partilham, além de uma tendência a extensificação da urbanização além dos limites do marco construído da cidade, uma crescente voracidade de consumo do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais, Contribuem, ainda, para uma crescente complexificação e especialização do espaço social e para um aprofundamento da segregação sócio-espacial, à medida que são criados lugares destinados a cumprir funções e papéis específicos destinados a satisfazer as necessidades de consumo e reprodução de diferentes grupos sociais, assim como as necessidades ora impostas para a reprodução de distintos capitais. Tem-se, assim, para todos os gostos e classes sociais, distribuídos de forma dispersa no território: lugares de residência, enquanto condomínios e loteamentos fechados; lugares de consumo sob a forma de *shopping centers* mono e multi-temáticos; lugares de lazer e ócio metamorfoseados em bolhas turísticas, parques temáticos, em *Cinemas Multiplex, etc*; e principalmente lugares de produção e de serviços destinados a abastecer supra-locais e supra-regionais, enfim voltados para as necessidades globais.

Ao que tudo indica essas formas de dispersão da urbanização tem por base as relações sociais de produção ora impostas para a sobrevivência e reprodução do capitalismo na atual etapa de acumulação flexível, que não exigem mais, necessariamente em todas as fases da produção como no período anterior (fordista-taylorista), uma concentração espacial de força de trabalho, infraestruturas e serviços. Muito embora essas exigências permaneçam para certos ramos e setores cujas formas de produção permanecem tipicamente fordistas-tayloristas, como soe ocorrer no ramo de confecções e de calçados, entre outros. Não obstante a diversidade atual de formas produtivas as empresas necessitam estar articuladas globalmente, não importa onde estejam localizadas

geograficamente, uma vez que sua produção destina-se ao mercado global. Essa deslocalização industrial verifica-se em várias partes do mundo e marca uma nova etapa na mobilidade espacial do capital. Pode-se, assim, interpretar as formas de urbanização dispersa como uma estratégia de diferentes grupos sociais de maximizar sua mobilidade espacial e acompanhar a crescente fluidez da mobilidade espacial do capital como um meio de garantir sua própria reprodução e sobrevivência; e por que não, vis a vis a uma busca por segurança e por uma melhor qualidade de vida, como não se cansam de apregoar os lançamentos imobiliários.

A velocidade das transformações, a forma com que se verificam, ultrapassa em muito a capacidade de apreensão científica por um lado, e por outro constituem um desafio para os planejadores e administradores e representantes do poder local em dar conta do que sucede. Embora, indubitavelmente, as diversas frações de capital possuam uma clareza invejável sobre o que ocorre e as oportunidades de investimento em curso.

Para fazer frente às formas urbanas resultantes da intensificação e extensificação da urbanização, é necessário que arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores, técnicos de Prefeitura com formação superior superem visões arraigadas. Visões e concepções que os levam a adotar soluções convencionais, habituais e localizadas para problemas cuja causa lhes parece conhecida, sem se preocupar em verificar se esses mesmos problemas não seriam o sintoma de transformações e mudanças em outras esferas e escalas. Aqueles que se encontram no *métier* do planejamento, do urbanismo, ou seja, das intervenções urbanas não há quase nada de novo sob o sol. Planos estratégicos, planos diretores, planos de desenvolvimento local, propostas de reforma urbana, fóruns populares de discussão, todos convergem para uma visão e abordagem localizada de problemas de fundo estrutural, cujas origens encontram-se muitas vezes em outras escalas de ação e de poder. Muitos soem crer que basta uma “boa arquitetura”, ou no melhor das vezes um “bom plano” para resolver os problemas que ora afligem as cidades e seus habitantes, quando de fato a situação é deveras muito mais complexa (LIMONAD, 2006, MARCELLONI, 2005).

E, por assim dizer, o saber técnico, respaldado por minuciosas leituras científicas, mais uma vez, propõe planos diretores, planos estratégicos, meios e táticas para globalizar os lugares, inspirados nos exemplos de Barcelona, de Milão e nos planos de revitalização urbana de diversas cidades ao redor do mundo, em particular das áreas portuárias como no caso dos *Docklands* de Londres e *Puerto Madero* em Buenos Aires, entre outros. Esquecem-se de que o sucesso de Barcelona está relacionado a um longo processo histórico de acumulação de condições gerais, em termos de infraestruturas, edificações, capital e recursos humanos (CAPEL, 2005).

Enquanto por um lado a urbanização dispersa consome de forma crescente o espaço social e os recursos naturais estendendo a urbanização sobre o território, segregando e alijando diferentes grupos sociais da possibilidade de sua apropriação e uso. Nas cidades o espaço vivido tende a ser alienado de seus habitantes, que perdem gradualmente o direito a cidade, ao não se reconhecerem mais nos espaços produzidos como valor de uso, transformados em objetos de consumo ou em ícones de uma arquitetura e de um urbanismo globais como as torres “gêmeas” de Jean Nouvell, uma em Londres e a outra em Barcelona, nas quais muda aparentemente apenas o revestimento externo, como se fora uma questão de pele. Uma exceção recente, por assim dizer salutar, foi a decisão tomada em relação à reforma de *Les Halles* em Paris (CONTI, 2005). Nesse caso se privilegiou as necessidades e desejos da população local em detrimento de “maravilhosos projetos inovadores” de arquitetos renomados, entre os quais Rem KoolHaas e Jean Nouvell, que tiveram seus projetos futuristas preteridos por uma solução classificada pelas autoridades municipais e arquitetos como “conservadora” e “sem graça”.

Emergem agora discussões sobre a governabilidade da cidade, a crise da cidade contemporânea, entre outras, e nesse emaranhado surgem propostas e soluções diversas que buscam de uma maneira ou de outra dar conta destas transformações e apresentar soluções pragmáticas. Incorre-se, assim, muitas vezes em equívocos de certa maneira inevitáveis, em virtude do hábito de se adotar metodologias e técnicas arraigadas para resolver questões que se antepõem a um aparente movimento “natural” das coisas, a um diagnóstico que salta aos olhos. Que, diga-se de passagem,

não tem nada de natural, embora o pareça, e que faz com que novas formas de crescimento e/ou de desenvolvimento urbano sejam detectados como anomalias ou problemas a serem sanados.

Discutem-se esses movimentos de dispersão espacial da população e das atividades produtivas, consubstanciadas em novas morfologias urbanas de caráter disperso, como se fossem tão somente mais uma manifestação de distintas formas de crescimento e expansão urbana, passíveis de serem limitadas reguladas por decisões políticas e por práticas urbanas de gestão municipal localizadas. Perde-se de vista, dessa forma, não só as transformações decorrentes da introdução de novos condicionantes sócio-técnicos e tecnológicos no decorrer do tempo, mas, principalmente as inter-relações escalares que se configuram entre distintas esferas sociais de reprodução e as novas formas de interação territorial e social no cotidiano, que impõe a necessidade de se repensar tanto as formas de participação e gestão quanto colocam em questão as divisões político-administrativas de gestão territorial.

A dispersão urbana, a cidade difusa, a extensificação da urbanização aparecem de início como sintomas de problemas a serem combatidos em defesa do ambiente natural, ou ainda como um meio de otimizar investimentos e poupar recursos financeiros de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da cidade e, *last but not least*, garantir a segurança dos cidadãos. A dúvida que surge, e permanece, é se essas formas de urbanização dispersa são problemas a serem sanados, por serem um desvio nos padrões conhecidos e consagrados de crescimento urbano, ou trata-se de uma nova qualidade, de um tipo diferenciado de desenvolvimento urbano? A elucidação dessa questão é decisiva para que se possa pensar em formas de gerir essa dispersão, crucial para escapar de práticas arraigadas e impositiva para a definição de medidas a serem tomadas para se avançar rumo a uma sociedade mais equânime.

Referências bibliográficas

AGUIAR, T.A. *A região como arena política: a produção da região urbana centro-goiana*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.) *As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes – os novos paradigmas da geografia económica*. Oeiras: Celta, 1995.

BORSODORF, A. Hacia la ciudad fragmentada. Tempranas estructuras segregadas en la ciudad latinoamericana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(122). Disponível em <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(122\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(122).htm)> Acessado em 25 de abril de 2008.

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S.M.M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, nº 3-4, 2003.

CAIADO, M.C.S. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, nº 1, p. 55-88, 2005.

CAPEL, H. *El modelo Barcelona*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CARPINTERO, A.C. Brasília: algumas notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. In REIS, N.G.; TANAKA, M.S. (org.) *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007, p. 213-230.

CLEMENTINO, L. Novas Ocupações Urbanas no Distrito Federal: algumas considerações. In REIS, N.G.; TANAKA, M.S. (org.) *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007, p.230-240.

CONTI, M. Les Halles, el difícil equilibrio del proyecto urbano. *Café de las ciudades*, v. 4, nº 27, enero 2005. Disponível em <http://www.cafedelasciudades.com.ar/numero_veintisiete.htm> Acessado em 25 de novembro de 2007.

COSTA, H.S.M. et al. (org.) *Novas Periferias Metropolitanas – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte e Fapemig, 2006.

DIOGENES, B.H.N. Crescimento urbano e mudanças na área metropolitana de Fortaleza. In REIS, N.G.; TANAKA, M.S. (org.) *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007, p. 313-340.

FAZENDAS DO SOL Disponível em <<http://www.fazendasdosol.com>> Acessado em junho de 2006.

GOTTMAN, J. *Megalopolis, The Urbanized North Eastern Seaboard of the United States*. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, R.O.; CLARK, W.A.V. The Nature and Economics of Urban Sprawl. *Land Economics*, v. 41, nº 1 Feb., p. 1-9, 1965. Disponível em: <[http://links.jstor.org/sici?sici=0023-7639\(196502\)41%3A1%3C1%3ATNAEOU%3E2.0.CO%3B2-9](http://links.jstor.org/sici?sici=0023-7639(196502)41%3A1%3C1%3ATNAEOU%3E2.0.CO%3B2-9)> Acessado em: junho de 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

HÖLZL, C.; JANOSCHKA, M. Discursos de inseguridad y la urbanización cerrada. Dos formas de habitar exitosas en comparación. *52º Congreso Internacional de Americanistas*, Universidad de Sevilla, 17- 21.07.2006. CD-Rom: “Nuevas Dimensiones de la Industria y de lo Urbano en las Metrópolis Latinoamericanas”.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

LIMONAD, E. Yes, nós temos bananas! praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, XI, maio 2007a, Belém / BA. *Anais...* Belém: UFPA/ANPUR, 2007a. CD-ROM. Disponível em <<http://www3.ufpa.br/xiiananpur/home.php?p=papers#>> Acessado em 27 de novembro de 2007.

LIMONAD, E. No todo acaba en Los Angeles ¿un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa?. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v..XII, nº 734, 10 de julio de 2007b. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm>> Acessado em 27 de novembro de 2007.

LIMONAD, E.; RANDOLPH, R. Cidade e Lugar: sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Salvador, v. 1, nº 5, p. 11-24, 2001. Disponível

em: < http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v5.pdf> Acessado em: novembro de 2007.

LIMONAD, E. Paris em Chamas: Arquitetura ou Revolução?. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. XI, nº 644, 10 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-644.htm>> Acessado em: junho de 2006.

MARCELLONI, M. El Urbanismo: una disciplina border line de frente a poderes inciertos (I). v. 4, nº 27, enero 2005. Disponível em <http://www.cafedelasciudades.com.ar/numero_veintisiete.htm> Acessado em 25 de novembro de 2007.

MONTE-MÓR, R.L.M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In SANTOS, M.; SOUZA, M.A.S.; SILVEIRA, M.L. (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. p. 169-181.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?*. São Paulo, Max Limonad, 2004.

NEL-LO, O. *La nova política territorial de Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya – Secretari per a la Planificació Territorial, 2006.

NUNES, B. F. ; Costa, A. . Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 17, p. 35-58, 2007.

OFFE, C. *Disorganized Capitalism*. Boston: MIT Press, 1984.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

RANDOLPH, R. Potencial tecnológico e transformação local-regional. In: Transformações Territoriais “Novas visões no início do século XXI”, V Colóquio, nov 2004, Universidad Nacional de La Plata. *Anais...* La Plata / Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2004. CD-ROM.

RANDOLPH, R. Utopia burguesa ou revolução urbana?. Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, XI, maio 2005, Salvador / BA. *Anais...* Salvador: UFBA/ANPUR, 2005. CD-ROM.

REIS, N.G. *Notas sobre Urbanização Dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SALGUEIRO, T.B. *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta, 2001.

SCOTT, A.J. et alii (2001) Global City-Regions. In SCOTT, A.J. *Global City-Regions: Trends, Theory, Policy*. New York: Oxford University Press.

SPÓSITO, M.E.B. Novas formas de produção do espaço urbano no Estado de São Paulo. In REIS, N.G.; TANAKA, M.S. (org.) *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007, p. 7-28.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F. (1988) Développement Régional et Géographie du Système de Production Flexible. *Cahiers Lillois d'Economie et de Sociologie (CLES)*, Lille, v. 6, n° 11, p. 81-97, 1988.

TORRES, R. & MOMSEN, J. Gringolandia: The Construction of a New Tourist Space in Mexico. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, n° 2, p. 314 – 335, 2005.

TREIVISH, A.; BRADE, I.; NEFEDOVA, T. Russian cities at a crossroads. *GeoJournal*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, n° 49, p. 115–127, 1999.

WIRTH, L. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, Vol. 44, N° 1. (Jul., 1938), pp. 1-24.

ZHANG, T. Land market forces and government's role in sprawl. The case of China. *Cities*, Great Britain: Pergamon. v. 17, n° 2, p. 123–135, 2000.